

O CONCEITO DE MENTE E FACULDADE EM KANT

Luís Eduardo Ramos de Souza¹

Resumo: O objetivo deste texto é realizar uma apresentação dos conceitos de mente e de faculdade na filosofia de Kant, a partir da reunião de informações distribuídas sobre este tema em várias passagens de suas obras e, em particular, no seu sistema crítico: a *Crítica da razão pura* (1781/ 1789), a *Crítica da razão prática* (1788) e a *Crítica da faculdade do juízo* (1793). As questões abordadas neste trabalho são as seguintes: o problema terminológico dos termos mente e faculdade em Kant; o duplo conceito de mente em Kant enquanto sistema de faculdades e princípio de vida; a partição e a relação geral das faculdades. Ao longo e ao final do trabalho, argumentar-se-á que Kant se aproxima da visão funcionalista e dualista no interior da filosofia da mente.

Palavras-chaves: mente, faculdade, funcionalismo, dualismo, Kant.

Abstract: The aim of this paper is a presentation of the concepts of mind and faculties in Kant's philosophy, from gathering information distributed on this topic in several passages of his works and, in particular, in his critical system: the *Critique of pure reason* (1781/1789), the *Critique of practical reason* (1788) and *Critique of judgement* (1793). The issues addressed in this work are the terminological problem of terms mind and faculty in Kant; the dual concept of mind in Kant while system of facultaties and principle of the life; the partition and the general relation of the faculties. During and at the end of the work, I will argue that Kant approaches the functionalist and the dualistic view in philosophy of mind.

Keywords: mind, faculty, functionalism, dualismo, Kant.

¹ UFPA - Professor Filosofia, Doutor - lued@ufpa.br

1. Introdução

Embora seja correto dizer que a filosofia de Kant não constitui, em sentido rigoroso, uma teoria da mente, pode-se afirmar que ela configura, em determinado sentido, uma filosofia da mente. Não se trata de uma teoria da mente pelo fato de Kant não desenvolver, de forma explícita e sistemática, a temática da mente em qualquer das suas obras. Porém, pode-se certamente identificar uma dada filosofia da mente em seu pensamento, na medida em que ele desenvolve, de forma implícita e fragmentária, diversas reflexões sobre o tema da mente ao longo da sua obra.

A tarefa de compreender a filosofia da mente contida na obra de Kant e, em particular, na *Crítica da razão pura*, tem sido objeto de estudo crescente desde a década de 60 do século passado, a partir dos trabalhos de Peter Strawson (1966). Posteriormente, nas décadas de 80 e 90, diversos outros trabalhos foram produzidos nessa direção, como por exemplo, por Patricia Kitcher (1990), Thomas Powell (1990), Wayne Waxman (1991), Karl Ameriks (2000), Andrew Brook (1994). Atualmente, há uma vasta literatura sobre a filosofia da mente de Kant.

Em geral, pode-se dizer que a abordagem destes autores consiste em reconstruir a filosofia da mente esparsa em sua obra, contextualizando-a à luz das problemáticas atuais nesse campo de estudo. Dentre os principais conceitos de Kant que despertam renovado interesse para a filosofia da mente estão os de consciência, autoconsciência, eu, síntese, mente, faculdade. Em linhas gerais, pode-se considerar a filosofia da mente de Kant como uma espécie de funcionalismo e de dualismo de propriedades, no sentido que ele concebe todo o aparato *a priori* da mente como um sistema de princípios ou regras meramente funcionais, o qual, todavia, é distinto do sistema físico ou corporal por suas propriedades necessárias e universais.

Em particular, a meta deste texto é explicitar o conceito de mente e faculdade na filosofia crítica de Kant, especialmente, no âmbito das três *Críticas*.

2. A mente em Kant

2.1 A terminologia de Kant sobre a mente

A palavra “mente” aparece na filosofia de Kant como tradução do termo *Gemüt*, cujo uso é distinguido de duas outras expressões similares: “alma” (*Seele*) e “espírito” (*Geist*). Segundo Vahinger, o termo *Gemüt* pertence ao grupo da *Lieblingsausdruck*

(“expressões prediletas”) de Kant e seu uso é preferido aos dois outros citados – *Seele* e *Geist* – por ser mais neutro e desprovido de conotação metafísica (*In*: ROHDEN, 1993, p. 65 e 68).

De acordo com Valério Rohden, etimologicamente, a palavra *Gemüt* é formada pelo prefixo *Ge* e pela raiz *Mut* (isto é, *Ge-Mut*). De um lado, *Ge* é um signo reunificador, integrador – como por exemplo, nas expressões *Gestirn* (“constelação”), *Gebirge* (“cordilheira”); de outro, *Mut* tem o sentido de “forças” ou “faculdades”. Assim, *Gemüt* significa a reunião de faculdades ou disposições (*Muten*) – tais como a *Grossmut* (“generosidade”), *Übermut* (“alegria”), *Kleinmut* (“desalento”), *Hochmut* (“altivez”), etc (1993, p. 66).

Além disso, conforme nota ainda Rohden, Kant faz corresponder o termo *Gemüt* aos termos latinos *mens* (“mente”) e *animus* (“ânimo”) – e, ao mesmo tempo, dissocia o da expressão latina *anima* (“alma”) também por sua conotação metafísica. Com efeito, no *Opus postumum* há duas passagens (XX, 112 e 484) em que Kant estabelece tais relações, a saber: i) “há na *Gemüt* humana (*mens, animus*), enquanto princípio puro...”; e ii) “ter experiência de algo é um ato da *Gemüt* (*animus* sem chamar-se *anima*)” (1993, p. 62).

Por sua vez, a tradução mais adequada para o português da expressão *Gemüt* é controversa. De acordo com Rohden, “deve-se optar pela tradução do termo *Gemüt* por *ânimo*, preferido também por Kant como *animus*” (1993, p. 64)². Tal ponto de vista é justificado por assim evitar-se confundir a filosofia transcendental de Kant com as atuais pesquisas sobre a filosofia da mente ou as ciências cognitivas. Entretanto, a esse respeito, convém ressaltar que o próprio Kant corresponde à *Gemüt* tanto a expressão latina *animus* (“ânimo”) como também *mens* (“mente”) – o que autoriza, em princípio, a livre tradução de *Gemüt* tanto por “ânimo” como por “mente”.

Ademais, conforme a interpretação de Cohen (1918), se o ponto de partida da investigação transcendental na *Crítica da razão pura* de Kant é o fato da ciência em cada época, então não se pode impedir, em princípio, a relação dessa obra às ciências da época atual – tais como as ciências cognitivas ou a filosofia da mente – sob o risco de a filosofia teórica de Kant nada mais ter a dizer sobre a ciência contemporânea (2001, p. 103). Por essas razões, prefere-se aqui traduzir o termo *Gemüt* por “mente”, justamente por assim se aproximar a filosofia teórica de Kant do fato das ciências atuais relacionadas à filosofia da mente.

² Cf. também o comentário de Rohden à tradução da *Crítica da faculdade do juízo*, 1995, nota de rodapé nº 20, p. 48.

2.2 O conceito de mente em Kant

Apesar de não haver uma teoria da mente no pensamento de Kant, pode-se, todavia, encontrar nele pelo menos duas concepções da natureza geral da mente (*Gemüt*): de um lado, a mente significa o *sistema ou conjunto de faculdades* e, de outro, a mente é um *princípio de vida*.

2.2.1 A mente como sistema de faculdades

Em primeiro lugar, enquanto reunião, conjunto ou sistema de faculdades, a mente transparece no contexto da famosa investigação sobre a ‘raiz comum’, enunciada pela primeira vez na Introdução da primeira *Crítica*, na seguinte frase:

Há dois troncos do conhecimento humano que talvez brotem de uma *raiz comum*, mas talvez desconhecida a nós, a saber, sensibilidade e entendimento (B 29).

Nas interpretações de Cohen (1918) e Heidegger (1927) tal ‘raiz comum’ corresponde, respectivamente, ao conhecimento científico e à faculdade da imaginação – pelo fato de, em ambos os casos, tanto a ciência como a imaginação poderem ser concebidas como mediadoras entre a sensibilidade e o entendimento. Em contraste com tais interpretações, Kant esclarece explicitamente, em outra passagem dessa obra (*Analítica Transcendental*), ser tal raiz comum a própria mente (*Gemüt*) ao escrever:

Nosso conhecimento surge de duas fontes principais da *mente* [*Gemüt*], cuja primeira é receber representações (a receptividade das impressões) e a segunda a faculdade de conhecer um objeto por estas representações (espontaneidade dos conceitos) (B 74).

De forma também bastante clara Kant afirma, na primeira versão da Introdução da *Crítica da faculdade do juízo*, ser a mente (*Gemüt*) a sede ou a raiz das faculdades em geral:

Podemos reduzir todas as faculdades da *mente* humana [*Vermögen des menschlichen Gemüts*] sem exceção a três: a faculdade de conhecimento, o sentimento de prazer e desprazer e a faculdade do desejo (1ª versão, III).

Portanto, pode-se dizer que, para Kant, a mente (*Gemüt*) é a raiz comum desconhecida das quais brotam, em particular, do ponto de vista teórico, os dois principais troncos do conhecimento (sensibilidade e entendimento) e, de modo geral, do ponto de vista arquitetônico, as três principais faculdades humanas (entendimento, vontade e juízo). Nesse

sentido, pode-se concluir ser a mente (*Gemüt*) o sistema das faculdades em geral, quer sejam as faculdades teóricas, práticas ou estéticas.

2.2.2 A mente como princípio de vida

Em segundo lugar, enquanto princípio de vida, a mente é assim concebida no contexto da terceira *Crítica*, onde Kant escreve no §29: “a mente (*Gemüt*) é por si só inteiramente vida (o próprio princípio da vida) [B129]”. Por sua vez, em outras passagens, Kant esclarece ser a vida um princípio ou atividade interna, ou ainda, uma força formadora, denominada em geral como pensamento ou desejo, mediante cujas representações um ser se auto-organiza ou uma substância altera seu estado (1793, §65, B 292-3; 1786, A 121). Em outras palavras, a mente (*Gemüt*) é vida, no sentido de ser um princípio, atividade ou força interna capaz de produzir representações que organizam e transformam a matéria. Pois, segundo Kant, a matéria bruta, sem tal princípio vital ou mental, é simplesmente “ausência de vida” ou “matéria inerte” (1786, A 121).

De acordo com Rohden há, na *Crítica da faculdade do juízo*, quatro relações a serem estabelecidas entre mente e vida, a saber: “1) no jogo das faculdades; 2) na relação das faculdades do gênio com o gosto; 3) na relação entre a *Gemüt* e o corpo; e 4) na idéia de um estado comunitário” (1993, p. 71). Entre tais pontos, o terceiro possui uma relevância especial para a filosofia da mente por tratar do clássico problema da relação entre mente e corpo, pois os três outros pontos abordam a mente apenas do ponto de vista da experiência estética em geral. Em linhas gerais, essas diversas relações da mente (*Gemüt*) podem ser compreendidas como segue.

Como foi notado, os dois primeiros e o quarto pontos têm afinidades entre si e exprimem a idéia geral de uma “vivificação da mente” (B 66/192/195) proporcionada em geral pelo juízo estético acerca do belo e do sublime, na medida em que em ambos os casos são promovidas ou inibidas as forças vitais da mente. No primeiro ponto, a mente é vivificada mediante o livre jogo que ocorre entre as faculdades superiores: no juízo do belo através do jogo entre a imaginação e o entendimento, e no juízo do sublime mediante o jogo entre a imaginação e a razão. No segundo ponto, a mente é vivificada na atividade do gênio, na medida em que o gênio consegue “expressar o inefável [presente] no estado da mente” (B 198) sob a forma da arte bela (escultura, pintura, poesia, etc.). Por fim, no terceiro ponto, a vivificação da mente resultante da disposição especial das suas faculdades, promovida pela

experiência estética, deve ser comunicada universalmente em termos de sentimento, e não de conceitos, a partir do que o estado da mente pode ser vivenciado como um sentimento comunitário (*gemeinschaftliches*) ou um senso comum (*sensus communis*) (B 64 ss).

Por fim, quanto ao terceiro ponto, encontra-se uma passagem em que Kant lança luz sobre a relação entre a mente e o corpo na *Crítica da faculdade do juízo* (1793):

A vida sem o sentimento do organismo *corporal* é simplesmente consciência da sua existência, mas nenhum sentimento de bem-estar ou mal-estar, isto é, da promoção ou inibição das forças vitais; (...) a *mente* (*Gemüt*) é por si só inteiramente vida, e obstáculos ou promoções tem que ser procurados fora dela, e contudo no próprio homem, por conseguinte na ligação com seu *corpo* (§29, B 129).

Nesse trecho, Kant informa a necessidade da mente estar ligada ao corpo, na medida em que – através de raciocínio por absurdo – a mente sem o corpo é uma pura atividade capaz de produzir apenas uma representação de si mesma, porém, nesse caso, seria incapaz de organizar ou mudar o estado de um corpo através das sensações de prazer ou desprazer. Em outras palavras, a mente desprovida de corpo é capaz de consciência (atividade ou fim interno), mas não de influência corporal (atividade ou fim externo).

Em outro livro, nos *Princípios metafísicos da ciência da natureza* (1786), Kant esclarece o seguinte acerca da relação mente e corpo: “se buscarmos a causa de uma mudança qualquer na matéria da vida, temos logo de procurá-la numa outra substância diferente da matéria, embora com ela conexas” (A 121).

Aqui Kant admite ser a vida o princípio interno da mudança na matéria e, embora seja tal princípio de ordem não material, ele é, porém, ligado à própria matéria. Uma vez ter Kant afirmado, na terceira *Crítica*, ser a mente “o próprio princípio da vida” (§29), pode-se então concluir, combinando-se com a referida passagem dos *Princípios*, ser a mente um princípio não material, mas que interage com a matéria.

Convém destacar que tal concepção de Kant acerca da relação mente e corpo, expressa nessas duas obras, corresponde no fundo a uma forma de dualismo, o qual poderia ser chamado de *dualismo de propriedades*, e não um dualismo de substância. Trata-se de um dualismo de propriedades no sentido de que Kant distingue a mente e o corpo por suas respectivas propriedades (por exemplo, o corpo tem a propriedade da inércia e a mente a do movimento); ao contrário, Kant não sustenta um dualismo de substância, porque não defende ser a mente uma substância independente da matéria – visão que será, aliás, criticada por ele próprio especialmente nos Paralogismos da primeira *Crítica*.

3. A faculdade em Kant

3.1 A terminologia de Kant sobre a faculdade

De modo geral, pode-se dizer que Kant emprega várias expressões diferentes para designar “faculdade”, entre as quais se destacam: *Kraft* (“força”); *Quell* (“fonte”); *Fähigkeit* (“capacidade”); *Vermöge* (“poder”). De acordo com Cohen (1918), à exceção da primeira, as três últimas expressões têm uma conotação psicológica, tendo Kant herdado essa terminologia da psicologia de Tetens, contida no livro *Ensaio filosófico sobre a natureza humana e seu desenvolvimento* (2001, VIII, b, p. 323-4).

Ainda para Cohen, a palavra “faculdade” [*Kraft*] é usada por Kant no sentido de “processo” [*Vorgang*] e não de um “órgão” [*Organ*]. Quer dizer, enquanto processo, a faculdade significa o conjunto de processos, regras e operações (por exemplo: justaposição, ordenação, sinopse, síntese, unidade) pressupostas à fundamentação do conhecimento científico, e não como um órgão fisiológico de conhecimento (2001, I, 15, p.148; VI, 5, p. 275). Portanto, para Kant, a faculdade não significa uma espécie de órgão físico que possa ser encontrado mediante investigação empírica do corpo humano, mas sim um sistema de princípios ou regras reconhecidas somente por meio da investigação pura da própria mente (*Gemüt*). Nesse sentido, pode-se dizer que o significado do termo faculdade, em Kant, tem uma relação mais próxima com a idéia contemporânea de um programa (ou *software*) que a de uma máquina (ou *hardware*).

3.2 A teoria das faculdades de Kant

Ao lado da terminologia e significação geral da faculdade, Kant desenvolve ainda uma reflexão acerca do número, da função e da inter-relação geral das faculdades da mente.

3.2.1 As partições das faculdades em Kant

Quanto ao número de faculdades, Kant indica diferentes partições das faculdades da mente: bipartição, tripartição, quatripartição, pentapartição, sexapartição, etc. Essa diferença do número das faculdades varia conforme as obras de Kant e pode ser compreendida de acordo com a construção do seu sistema filosófico, deixando aí transparecer a complexidade da questão.

Com efeito, a bipartição das faculdades é indicada por Kant, na primeira *Crítica*, no contexto da ‘raiz comum’ do conhecimento, no qual ele afirma que há somente

duas faculdades cognitivas principais, a saber: sensibilidade [*Sinnlichkeit*] e entendimento [*Verstand*]. A tripartição das faculdades é revelada por Kant de diferentes modos na primeira e na segunda edição da *Crítica da razão pura*: na 1ª edição, Kant distingue as seguintes três faculdades: os sentidos [*Sinne*], a faculdade de imaginar [*Einbildungskraft*] e a apercepção [*Apperzeption*]³; na 2ª edição, ele reconhece as seguintes três faculdades: a sensibilidade [*Sinnlichkeit*], a imaginação [*Einbildungskraft*] e o entendimento [*Verstand*]⁴. Já a quatripartição das faculdades da mente aparece pela simples reunião de ambas as classificações das faculdades, indicadas por Kant, nas duas edições da *CRP*, a saber: a sensibilidade [*Sinnlichkeit*], o entendimento [*Verstand*], a imaginação [*Einbildungskraft*] e a apercepção [*Apperzeption*]. Por sua vez, a pentapartição das faculdades, em Kant, ocorre ao referir-se ao contexto da *Crítica da razão prática*, no qual ele distingue a vontade como uma faculdade moral, formando assim a seguinte lista de cinco faculdades: a sensibilidade [*Sinnlichkeit*], o entendimento [*Verstand*], a imaginação [*Einbildungskraft*], a apercepção [*Apperzeption*], a vontade ou faculdade da apetição [*Wille* ou *Begehrungsvermögen*]. Por fim, a sexapartição das faculdades aparece ao remeter-se ao âmbito da terceira *Crítica*, em que Kant distingue a faculdade do juízo como uma faculdade estética, perfazendo as seguintes seis faculdades: a sensibilidade [*Sinnlichkeit*], o entendimento [*Verstand*], a imaginação [*Einbildungskraft*], a apercepção [*Apperzeption*], a apetição [*Begehrungsvermögen*] e o juízo [*Urteilkraft*]⁵.

Na terceira *Crítica*, porém, Kant organiza, arquiteticamente, todo o sistema das faculdades da mente [*System der Gemütskräfte*]⁶ na forma de uma tríplice divisão em correspondência ao conteúdo das três *Críticas*: faculdades de conhecimento [*Erkenntnisvermögen*], faculdade da apetição [*Begehrungsvermögen*] e faculdade do prazer e desprazer

³ “Há, porém, três fontes [*Quellen*] primitivas (capacidades [*Fähigkeiten*] ou faculdades [*Vermögen*] da alma [*Seele*]), que encerram as condições de possibilidade de toda experiência e que, por sua vez, não podem ser derivadas de qualquer outra faculdade do espírito [*Gemüt*], a saber, os sentidos [*Sinne*], a imaginação [*Einbildungskraft*] e a apercepção [*Apperzeption*] (KANT, *CRP*, A 94, final do § 14)”.

⁴ “O primeiro elemento que nos tem que ser dado a priori para o conhecimento de todos os objetos é o múltiplo da intuição pura [*reine Anschauung*]; a síntese deste múltiplo, mediante a capacidade da imaginação [*Einbildungskraft*], constitui o segundo elemento, mas sem dar ainda em conhecimento. Os conceitos que dão unidade a esta síntese pura, e que consistem apenas na representação desta unidade sintética necessária, constituem o terceiro elemento para o conhecimento de um objeto que aparece e repousam no entendimento [*Verstand*] (KANT, *CRP*, B 104)”.

⁵ Kant introduz, na *Antropologia* (1798), uma subdivisão na faculdade do entendimento, distinguindo nele três novas faculdades, o que elevaria a nove o número total de faculdades da mente. Em suas palavras: “a faculdade de conhecer deve ser denominada em geral *entendimento* [...], este tem de conter a *faculdade de apreensão* (*attentio*) [...], a *faculdade de abstração* (*abstractio*) [...] e a *faculdade de reflexão* (*reflexio*) [...] (A 139)”.

⁶ Kant emprega também a expressão *Vermögen des Gemüts* (“faculdades da mente”) e *Seelenvermögen* (“faculdades da alma”). [Cf., respectivamente, a 1ª e a 2ª versão da Introdução da *Kritik der Urteilkraft*, p. 61 e p. LVI].

[*Gefühl der Lust und Unlust*] – as quais ele chama também, nessa ordem, de faculdades teóricas, estéticas e práticas. Por sua vez, ele fornece, para cada uma dessas três faculdades, as seguintes informações, respectivamente indicadas: suas faculdades superiores (entendimento, juízo e razão); seus princípios *a priori* (legalidade, finalidade, obrigatoriedade); seus produtos finais (natureza, arte, costume). Por fim, Kant ordena todas essas informações acerca do sistema das faculdades na forma de um esquema (1793, 1ª versão da Introdução, p. 60 ss):

Quadro 1:

Faculdade s da mente	Faculdade superior de conhecimento	Princípios <i>a priori</i>	Produtos
Faculdade s de conhecimento	Entendimento	Legalidade	Natureza
Sentiment o de prazer e desprazer	Faculdade do juízo	Finalidade	Arte
Faculdade s da apetição	Razão	Obrigatorieda de	Costume

Para Kant, a natureza funda sua legalidade nos princípios *a priori* do entendimento por referência às faculdades do conhecimento; a arte regula sua finalidade nos princípios *a priori* da faculdade do juízo em relação ao sentimento de prazer e desprazer; por fim, o costume se conforma à obrigação moral mediante os princípios *a priori* da razão relativamente às faculdades da apetição.

3.2.2 Função e relação geral das faculdades em Kant

Em primeiro lugar, quanto à função geral das três principais faculdades da mente, Kant esclarece, na terceira *Crítica*, que as faculdades teóricas determinam o conceito do objeto da natureza (enquanto fenômeno) mediante seus princípios constitutivos; as faculdades práticas determinam o conceito da liberdade (enquanto autônoma) através dos seus princípios de moralidade; as faculdades estéticas, por sua vez, regulam o conhecimento do objeto (da arte e da natureza) por meio dos seus princípios de finalidade.

Em segundo lugar, em uma visão arquitetônica, Kant explica a relação geral do sistema das faculdades da mente na *Crítica da faculdade do juízo*, ao afirmar que as faculdades estéticas desempenham um papel mediador entre as faculdades teóricas e práticas,

o que significa dizer, do ponto de vista das suas faculdades superiores, que o juízo se situa entre o entendimento e a razão – ou ainda, do ponto de vista de seus produtos, que a arte articula o domínio da natureza e da liberdade. A explicação dada por Kant para tal articulação das faculdades consiste em supor que a unidade dos princípios de causalidade da natureza e da liberdade necessita de uma nova ordem de princípios fundadores, o qual é dada pela faculdade do juízo através do princípio de finalidade. Para ele, é como se a mente de um ser superior, através dos princípios de finalidade, ordenasse e unificasse os princípios naturais e morais (1793, Introdução, p. XXI ss).

Em particular, no âmbito da primeira *Crítica*, Kant explica, em linhas gerais, haver duas faculdades fundamentais em relação recíproca: a sensibilidade (passiva ou receptiva) e o entendimento (ativo ou espontâneo); por sua vez, estas são assessoradas por duas outras faculdades: a imaginação (mediadora entre o entendimento e a sensibilidade), e a apercepção (unificadora de todas elas). No campo da segunda *Crítica*, Kant identifica também duas faculdades fundamentais relacionadas entre si: a vontade e a razão, sendo esta a determinante e aquela a determinada. No plano da terceira *Crítica*, Kant indica ser fundamental a faculdade do juízo, cuja atuação depende das relações entre três faculdades: de um lado, as relações entre a imaginação e o entendimento (no caso da formação do juízo do belo) e, de outro, das relações entre a imaginação e a razão (no caso da emissão do juízo do sublime).

Convém observar ser a análise das relações entre as faculdades em Kant muito mais complexa e profunda que a apresentação feita acima em caráter apenas geral e esquemático – o que, por questão de delimitação, não será desenvolvido aqui.

Todavia, para finalizar este tópico, vale notar, no caso específico da *Crítica da razão pura*, terem Cohen (1918) e Heidegger (1929) divergido sobre o lugar e o papel da imaginação face ao entendimento. Para o primeiro, a imaginação é uma espécie de produto do próprio entendimento, no sentido de que ela é apenas um uso ou aplicação diferente do entendimento, de modo que a imaginação teria um papel subordinado ao deste último. Para Heidegger, a imaginação é uma faculdade com atividade própria e independente do entendimento e, portanto, não subordinado a ele, cuja função essencial é a da mediação entre o pensamento e a intuição. Para Heidegger, ao contrário de Cohen, a imaginação afigura-se a como a faculdade mais importante de todo o sistema crítico de Kant, uma vez conter em si o sistema da intencionalidade (isto é, o ‘conhecer a...’, o ‘querer a...’, o ‘sentir a...’).

4. Considerações finais

À guisa de conclusão, pode-se dizer que a filosofia da mente de Kant desemboca em duas teorias distintas: de um lado, no funcionalismo, pela suposição da mente enquanto um sistema de regras ou princípios; de outro, no dualismo, pela admissão da mente enquanto um princípio de vida de caráter não material ou físico. Além disso, pode-se concluir que Kant presume também uma forma de interacionismo, na medida em que reconhece a necessidade de relacionar a mente e o corpo, quer no domínio da natureza através do conhecimento científico, quer no domínio da liberdade mediante a ação moral, quer no domínio da arte por meio da vivência estética. Em todos esses casos, a interação mente e corpo admite consideráveis dificuldades, devido à concepção dualista subjacente a sua filosofia da mente.

Por sua vez, a doutrina das faculdades de Kant, combinada ao seu conceito de mente enquanto um sistema de faculdades, corrobora a tese do funcionalismo. Pois dado que, para ele, cada faculdade é concebida como um sistema particular de princípios ou regras, então o sistema geral de todas as faculdades equivale a um sistema universal de princípios. De acordo com essa visão, pode-se dizer que a teoria das faculdades de Kant consubstancia, na verdade, uma determinada teoria dos sistemas. Nesse sentido, a tarefa empreendida por Kant nas três *Críticas* foi o de revelar e articular continuamente tais sistemas de princípios ou regras constitutivos da mente, cujo resultado geral foi o de mostrar a existência de três sistemas gerais de princípios (cognitivos, apetitivos e estéticos), os quais são, separadamente, subdivididos em outros subsistemas de regras (sensibilidade, imaginação, entendimento, juízo, razão, apercepção). Embora possa se notar a limitação da doutrina das faculdades de Kant a apenas três sistemas de princípios – a qual deixou de considerar outras funções importantes da mente, como os *qualia*, os sonhos, etc. –, deve-se registrar sua perspicácia ao elaborar uma forma rigorosa do funcionalismo da mente, cujas contribuições podem ser ainda inspiradoras na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura* (1781). 2ª ed. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1980. Col. 'Os Pensadores'. Trad. Valério Rohden e U. Moosburger.

_____. *Kritik der reinen Vernunft* (1781/1787). Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1997.

_____. *Crítica da razão prática* (1788). Lisboa: Edições 70, 1986.

_____. *Crítica da faculdade de julgar* (1793). 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Kritik der Urteilskraft* (1793). Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1997.

_____. *Princípios metafísicos da ciência da natureza* (1786). Lisboa: Edições 70, 1990.

_____. *Prolegômenos a toda metafísica futura* (1783). Lisboa: Ed. 70, 1988.

_____. *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785). Lisboa: Edições 70, 1986.

_____. *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (1798). São Paulo: Ed. Iluminuras, 2006.

COHEN, Hermann. *La théorie kantienne de l'expérience* (1918). Paris: Cerf, 2001.

_____. *Kants Theorie der Erfahrung*. 4ª ed. Berlim: Verlegt von Bruno Cassirer, 1925.

HEIDEGGER, Martin. *Kant y el problema de la metafísica* (1929). 2ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

_____. *Kant und das Problem der Metaphysik*. 2ª ed. Frankfurt: Verlegt von Vittorio Klostermann, 1951.

ROHDEN, Valério. *O sentido do termo Gemüt em Kant*. Revista Analytica – vol. 1, nº 1. Rio, 1993.

_____. In: *Crítica da faculdade de julgar* (notas de rodapé). 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMERIKS, Karl. *Kant's theory of mind*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BROOK, Andrew. *Kant and the mind*. New York: Cambridge University Press, 1994.

- COHEN, Hermann. *Commentaire de la Critique de la raison pure de Kant*. Paris: Cerf, 2000.
- DELEUZE, Gilles. *A filosofia crítica de Kant*. Lisboa: Edições 70, 1994.
- HARTNACK, Justus. *La teoría del conocimiento de Kant*. 7ª ed. Madrid: Ed. Cátedra, 1992
- HEIDEGGER, Martin. *Interprétation phénoménologique de la 'Critique de la raison pure' de Kant*. Paris: Ed. Gallimard, 1982.
- _____. *Que é uma coisa?: doutrina de Kant dos princípios transcendentais*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- _____. *Sobre a essência do fundamento*. (In: Coleção *Os Pensadores*). 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KITCHER, Patricia. *Kant's transcendental psychology*. New York: Oxford University Press, 1990.
- PHILONENKO, Alexis. *L'Oeuvre de Kant – tome I*. Paris: Vrin, 1996.
- _____. *Études kantienne*s. Paris: J. Vrin, 1982.
- POWELL, C. Thomas. *Kant's theory of self-consciousness*. Oxford University Press, 1990.
- STRAWSON, Peter F. *Los límites del sentido* (1966). Madrid: Edições Castilla, 1975.
- VUILLEMIN, Jules. *L'Héritage kantien et la révolution copernicienne: Fichte, Cohen, Heidegger*. Paris: PUF, 1954.
- _____. *Physique et métaphysique kantienne*s. Paris: PUF, 1955.
- WAXMAN, Wayne. *Kant's model of the mind*. New York: Oxford University Press, 1991.